

35º Encontro Anual da Anpocs

ST 33: Sobre as periferias: novos conflitos no espaço público

A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as
muitas faces do empreendedorismo de base comunitária

Autoras:

Livia De Tommasi (UFF)

Dafne Velazco (UFF)

Sem dúvida não é tarefa fácil, hoje no Rio de Janeiro, falar e escrever sobre o que acontece nos territórios ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Questão altamente polêmica que parece obrigar a tomar, logo de cara, um posicionamento partidário: a favor ou contra. É difícil manter um posicionamento crítico e, sobretudo, um olhar analítico, frente à avalanche de elogios- tanto dos “especialistas” como da população em geral- e aos comentários entusiastas difusos na mídia, que utilizam o argumento de uma “libertação” (com profusão de imagens de tanques de guerra, que lembram as dos filmes sobre a libertação do regime nazista), como se efetivamente se tratasse de uma libertação depois de uma ocupação militar ou de uma ditadura. Questão que também permite uma multiplicidade de planos de leituras possíveis. Primeiramente, portanto, é importante explicitar nossas escolhas temáticas e metodológicas.

Ao nos aproximarmos do campo, nosso interesse não foi pesquisar sobre o tema da violência, do tráfico, do chamado “crime organizado”, ou interrogar a eficácia ou a oportunidade da política de segurança representada pela instalação das UPPs. Dando prosseguimento a pesquisas anteriores¹, nos interessava indagar as relações entre o “poder público” e o associativismo local.

Após algumas interlocuções com os moradores da Cidade de Deus (CDD) compartilhamos a visão do deputado Marcelo Freixo que considera uma “batalha perdida” advogar contra a instalação das UPPs já que, como os moradores apontam, não ter que conviver com os tiroteios e a circulação livre de armas de fogo é sem dúvida um ganho considerável para a população dos territórios “pacificados”; para ele, muito além do que uma política de segurança, o que está se gestando no Rio de Janeiro é uma nova política de gestão da cidade. Nosso interesse, portanto, é discutir o modelo de intervenção chamado “UPP social” enquanto parte de um modelo de gestão da cidade.

Como muitas vezes acontece, o acaso jogou um papel importante na nossa aproximação com o objeto de estudo e o campo: recém chegada ao Rio de Janeiro, recebi a visita de uma pesquisadora interessada em conhecer minhas opiniões sobre as chamadas “políticas públicas de juventude” do governo federal². Essa mesma pesquisadora tornou-se, pouco

¹ Cfr. Tommasi, 1997.

² Livia De Tommasi foi conselheira na primeira gestão do Conselho Nacional de Juventude, em qualidade de “especialista”.

tempo depois, uma das coordenadoras do programa “UPP social”³ criado em 2010 pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos em alguns dos territórios onde funcionavam UPPs, e começou a mandar notícias e convites sobre reuniões e fóruns que aconteciam no âmbito do programa, com o intuito de abrir um diálogo com acadêmicos, ONGs e lideranças locais, numa atitude bastante inusitada para os governos locais do Rio de Janeiro. Foi uma conversa informal com essa coordenadora que despertou meu interesse por conhecer o que estava acontecendo especificamente num dos territórios, a Cidade de Deus, onde, na opinião dela, a existência de uma articulação bastante consolidada de entidades locais, colocava a relação com a suposta “chegada” do poder público num outro patamar, em relação a territórios onde o associativismo local se encontrava pouco organizado e desarticulado.

Tendo recebido um convite para participar de um Fórum local do programa (num outro território), uma de nós foi ao evento e, por acaso, conheceu o gestor local do programa na CDD, mestrando em História na nossa mesma Universidade. Foi assim que marcamos uma visita e começamos nossas andanças pelo lugar. Visitas que se tornaram, logo, bastante frequentes (em média, uma/duas vezes por semana) tanto pela quantidade de eventos promovidos pelas entidades que atuam no território, como pelo prazer e alegria que, desde a primeira visita, marcaram as andanças.

Nosso investimento afetivo no local é, sem dúvida, um dado a ser considerado já que, inevitavelmente, influencia nosso olhar⁴. Investimento afetivo que è, para uma de nós, inversamente proporcional ao desinvestimento afetivo na cidade do Rio de Janeiro, ou melhor, na rica zona sul da cidade. A disponibilidade, o calor humano, a acolhida e a alegria dos moradores da CDD é algo que contrasta fortemente com as experiências sociais que um “estrangeiro” (de outra cidade ou país) vivencia na zona sul do Rio de Janeiro, bastante parecidas com o que acontece em outras cidades muito turísticas, como Roma ou Veneza, onde o lado monetário das relações é geralmente colocado em primeiro plano. Almoçar na Tia Regina, com a qual fazemos saborosas trocas culinárias, parar para tomar uma água no quiosque da Ana, que sempre nos recebe com grande alegria,

³ Informações sobre o programa podem ser encontradas no site: www.uppsocial.com.br

⁴ Como diz Loic Wacquant, citando Pierre Bourdieu “l’ordine sociale s’inscrive nel corpo attraverso questo confronto continuo, più o meno drammatico, ma che lascia sempre grande spazio all’affettività”; portanto, par ele, o sociologo deve colocar “il proprio organismo, la propria sensibilità, la propria intelligenza incarnate, nel cuore dell’intreccio delle forze materiali e simboliche che intende sviscerare.” (Wacquant, 2002, p. 8).

conversar com a Luana sobre as novidades no pedaço, refletir com o Tiago sobre os últimos acontecimentos, andar pelas ruas coloridas (hoje, as cores vivas caracterizam as roupas das moradoras das comunidades de baixa renda), é algo que mudou nossa relação com a cidade. Particularmente, essa vivência me faz voltar aos tempos em que andava pelas cidades do Nordeste, quando o Brasil saía da ditadura e eu estava descobrindo um país onde as pessoas te recebem geralmente de alto astral e com histórias interessantes para contar. Inclusive, nas conversas com algumas das lideranças “das antigas” da CDD, acabamos descobrindo amigos e histórias em comum daquela época.

Inevitavelmente, o objeto da pesquisa andou se deslocando à medida em que passávamos a conhecer o local, os moradores e a participar de reuniões e eventos com os agentes “de fora”⁵. O “poder público” tornou-se um conceito com contornos muito menos definidos; as instituições do estado se corporificaram nos agentes com os quais, concretamente, os moradores se relacionam cotidianamente e as muitas formas do chamado “empreendedorismo” chamaram nossa atenção como uma característica dessa nova fase de difusão do capitalismo nas periferias.

De forma geral, nosso objetivo é analisar os dispositivos de intervenção acionados pelos setores públicos e privados e suas relações com o emaranhado⁶ de entidades e associações locais, assim como com os moradores em geral, nesse território da zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, um dos poucos territórios da região não controlado pelas milícias. Se, no discurso oficial, a ação das UPP é justificada e legitimada com o argumento de que, eliminado o tráfico que controlava os territórios, agora o estado poderá finalmente implantar-se e instalar seus serviços (estado que, supostamente, estava ausente), cabe indagar: que práticas estatais são essas que atuam nos territórios “pacificados”? O que caracteriza as formas de “integração” das favelas à cidade que o programa UPP social pretende promover? Quais são as mudanças que a instalação das UPP provoca nos territórios e na vida dos moradores?

Característica peculiar da CDD é ser o resultado de uma ação não planejada que “desvirtuou” o projeto originário de um conjunto habitacional planejado por um arquiteto

⁵ “Só conhece a realidade quem vive aqui” repetem frequentemente os moradores, ressaltando a divisão irremediável entre “nascidos e criados” na comunidade e pessoas “de fora”.

⁶ Depois de ter escrito essa expressão, ouvimos uma palestra de uma liderança da CDD que, traçando a história da organização comunitária, disse “hoje nós não somos uma rede, somos um emaranhado” se referindo à falta de organização e articulação entre as entidades existentes.

italiano e destinado a acolher somente algumas centenas de famílias de classe média: ao invés, os moradores chegaram, em 1966, em consequência das remoções forçadas que o governo operava nas favelas do centro e da zona sul da cidade. Famílias desagregadas, experiências urbanas distintas que operaram nesse encontro forçado; para muitos, desejo (e necessidade) de ficar perto da zona sul (lugar de trabalho para muitos moradores das favelas, em particular para a vasta categoria das empregadas domésticas); para outros, única via de fuga. Os relatos dos moradores da CDD sobre esse início têm cores, ainda, muito vivas.

A CDD é um conjunto não planejado de conjuntos habitacionais, construídos em diferentes épocas e que respondem a diferentes padrões arquitetônicos, que marcam a divisão do espaço urbano. Os mais evidentes são: o das primeiras casinhas de alvenaria, originalmente com um pátio na frente; as casinhas de dois andares de tijolo; os chamados “apartamentos”, ou seja o conjunto de prédios de quatro andares, pintados de verde; o último conjunto construído alguns anos atrás com recursos da Caixa Econômica, o mais miserável, com casinhas minúsculas que se parecem mais com os vagões de um trem. Muito restritas são as regiões de invasão com barracos precários. O espaço urbano é pontilhado de praças onde são situadas quadras, geralmente muito desgastadas, para atividades esportivas, A Linha Amarela, que leva ao bairro rico da Barra da Tijuca, cruza a CDD e constitui o caminho mais rápido e mais caro para se chegar de automóvel, já que é preciso pagar um pedágio de R\$ 4,30. Uma avenida separa a CDD de um outro bairro com a arquitetura muito parecida, mas bem mais cuidado que, dizem, é controlado pelas milícias⁷. Ao redor, os bairros nobres da zona oeste. Num canto da CDD estão situadas várias fábricas de produtos farmacêuticos⁸.

O número de habitantes da CDD é já um objeto de disputa: os números do IBGE não param de diminuir; pelo dados do último censo, os moradores seriam 36.015 (enquanto pelo censo anterior eram 38.016). Mas para os moradores, especificamente os mais engajados politicamente, esse número seria muito maior (entre 60.000 e 100.000) já que,

⁷ Conta um dos nossos interlocutores que entre o Comando Vermelho, que controlava a CDD, e as milícias da vereda em frente não existiam grandes enfrentamentos. Só alguns poucos mortos do lado de cá ou de lá, esporadicamente. Essa convivência “pacífica” merece ser melhor explorada.

⁸ Tanto a Lamsa (empresa gestora da Linha Amarela) como a Farmanguinhos, uma das empresas farmacêuticas instaladas no local, apoiam atividades sociais no território.

asseguram, pedaços grandes da “comunidade”⁹ (como eles chamam o local) não estão sendo recenseados. Sem dúvida, um dado a ser melhor compreendido .

Alguns fatos marcaram a história da comunidade. Em particular, muito presentes nas falas e lembranças dos moradores, a enchente de 1996 e o filme de Fernando Meirelles. Citar esse último sempre provoca uma reação forte, de indignação. Não é difícil imaginar de que forma ser identificado como morador do local-emblema da violência e do tráfico no Rio de Janeiro, emblema em escala mundial, pode incomodar a vida das pessoas. Além disso, os moradores colocam outro argumento: para eles, o filme retratou uma época passada, a época em que o tráfico se instalou na comunidade, mas utilizando os ingredientes típicos de uma época mais recente: o uso de armas modernas e pesadas, o envolvimento de crianças no tráfico. Na época relatada no filme as armas que circulavam eram artesanais e os traficantes não permitiam o envolvimento de crianças, dizem. Essa mistura de tempos históricos, realismo e ficção, provocou muita indignação pela conseqüente estigmatização que a comunidade da CDD sofreu.

Foi um momento importante para a retomada do trabalho político, que já tinha sido muito forte nos anos 80¹⁰: as associações e organizações locais aproveitaram-se de uma proposta de articulação promovida pela CUFA (Central Única das Favelas, a ONG criada na CDD pelo rapper MV Bill) junto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e promoveram, em 2003, a criação de um Comitê Comunitário, ainda atuante (reúne 13 entidades locais)¹¹, que elaborou um “Plano de Desenvolvimento Local”, com a assessoria de um núcleo de estudos da UFRJ. Anos depois, o Comitê deu origem a uma Agência de Desenvolvimento Local mas, no decorrer desse processo, realizado com a assessoria de uma ONG carioca que administrava o financiamento obtido junto a uma agência do governo federal (um volume de dinheiro bastante significativo) as disputas e os desgastes levaram algumas entidades a se afastar do processo.

O comitê já foi muito batalhador. Frente às recorrentes investidas dos agente externo, os membros das entidades locais sempre reagiram de forma bastante significativa, como

⁹ Seria interessante realizar uma análise das formas como diferentes agentes nomeiam o local (território, favela, bairro ou comunidade); mas isso, no momento, extrapola os limites desse trabalho.

¹⁰ Nas paredes de uma ONG local encontramos uma foto antiga: num passeata, umas mulheres seguram uma faixa com escrito “7 anos de 1º de maio, 20 anos de CDD”. Descobrimos assim que o trabalho político naqueles anos marcava tanto a vida da comunidade que a comemoração de 1º de maio passou a representar o aniversário da criação da CDD.

¹¹ No portal comunitário da CDD (www.cidadededeus.com.br), pode ser encontrado o histórico do comitê, assim como notícias sobre o que acontece na comunidade.

gostam de contar com muito orgulho. Assim, por exemplo, quando a Rede Globo e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) quiseram instalar uma das unidades do “Criança Esperança”, ou seja um centro de acolhida para crianças e adolescentes, as entidades se organizaram, fizeram um levantamento das organizações e serviços existentes no bairro e chegaram com uma contra-proposta: com o dinheiro destinado à construção da nova instituição poderiam, ao invés, ser apoiadas as entidades existentes e a articulação entre elas. O Unicef aceitou, mas a Rede Globo (provavelmente mais interessada na divulgação das imagens de um novo centro de atendimento bonito e moderno) não; finalmente, a nova instituição foi instalada em outra favela da cidade.

Entre os “territórios pacificados” do Rio de Janeiro, Cidade de Deus é onde a “pacificação” é mais incerta. “A polícia prende um traficante por dia”, me disse recentemente um morador. E já soubemos que a venda de machados aumentou (já que não se pode matar à bala, para não chamar a atenção da Polícia sempre alerta). Por isso, provavelmente, depois da primeira UPP (instalada em fevereiro de 2009) foram implantadas mais duas, no começo desse ano, em outras áreas da comunidade. Aconteceu também que apareceu uma faixa, pendurada numa varanda de um prédio próximo, à borda da Linha Amarela, onde estava escrito: “Cap. Medeiros¹² opressor - O dono da Cidade de Deus!”. Antes de ser retirada, a faixa saiu num jornal de grande circulação.

Os moradores, em todo caso, ainda estão incrédulos: “será que a UPP veio para ficar”? Incredulidade que determina seu comportamento perante a nova ocupação.

Escolhemos organizar esse texto da mesma forma como são realizadas nossas visitas: descrevendo nossas andanças e os lugares que visitamos, um percurso geográfico pontuado pelas pessoas que geralmente visitamos e que se tornaram, para nós, bastante familiares. Dessa forma, queremos propor uma abordagem que não coloca em foco um segmento (público ou privado), ou uma associação, uma atividade, uma instituição, uma temática. Ao invés, pensamos que é justamente o emaranhado de atividades, entidades, iniciativas, questões e temáticas, ou seja, a polifonia das interações entre elas, que precisa ser entendida nessa re-configuração do espaço e das relações. Setores públicos e privados,

¹² O Capitão Medeiros era, na época, o comandante da UPP.

autóctones e estrangeiros, atividades econômicas, sociais, culturais, de segurança, educativas, políticas, nos parecem estar completamente imbricados.

Fundações internacionais e nacionais, organismos multilaterais, empresas privadas, órgãos públicos, ONGs, partidos políticos, associações informais, empreendimentos, organizações criminosas, atividades lícitas e ilícitas, atuam num pedaço da cidade configurando relações, interesses, acontecimentos. Separar (o que é estado do que é sociedade civil, o que é organizado do que não, privado do público, legal e ilegal) como ponto de partida não somente empobrece a análise como é parte da lógica gestonária que, ao invés, precisa ser interrogada.

Curiosamente, inclusive, observamos uma “dança dos papéis”: policiais que realizam atividades de educadores ou animadores sociais, oferecendo atividades esportivas, recreativas e de reforço escolar às crianças; gerentes de banco que funcionam como conselheiros de negócios e empreendimentos; comerciantes que viram caixa de banco; líderes comunitários que gerenciam programas de governo; gestores públicos que transacionam empreendimentos privados.

Iniciaremos com um breve prólogo que traça um quadro geral sobre o programa. E não terminaremos com nenhum parágrafo conclusivo, para marcar com força que esse texto relata uma pesquisa em andamento e, no lugar do que colocar um ponto ou uma vírgula, procura ser a ocasião para dialogar, no espírito de um “work in progress”.

1. Prólogo: sobre o programa “UPP social”

No Rio de Janeiro há atualmente um investimento significativo na produção de um regime discursivo que promove uma nova imagem de cidade, uma cidade “pacificada” e em vias de ser “integrada”, premissas sobre as quais se apóia a proposta do programa. A referência direta é a idéia de “cidade partida” do sociólogo Zuenir Ventura: graças à ocupação policial e à “libertação” dos territórios retirados do poder do “tráfico”, a separação pode ser agora superada por meio de dispositivos de promoção da “integração” e do “encontro”¹³. Nessa operação, é o imaginário da cidade que está sendo re-escrito¹⁴.

¹³ O “Museu do Encontro” é uma proposta do antropólogo Hermano Viana, da artista Regina Casé e do produtor cultural Gringo Cardia, para “celebrar o encontro” entre a favela e o asfalto. Cfr. <http://riodeencontros.wordpress.com/2010/10/28/um-museu-para-celebrar-o-encontro>.

Há uma reconfiguração do discurso e do imaginário sobre a favela através da difusão de imagens positivas na mídia (sobretudo na mídia digital, espaço privilegiado para a divulgação dos projetos de ONGs e governos). A favela não seria mais o lugar do tráfico, da violência, do perigo, do medo e sim o lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, num discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local. Como exemplo, podemos citar o concurso fotográfico “Encantos da favela”, promovido pelo portal “Viva Favela”, um projeto da ONG “Viva Rio”. Artistas, intelectuais, curadores e promotores turísticos estão ajudando a construir e promover um produto, a favela pacificada, lugar de criatividade, inovação e produção artísticas das “pessoas do bem” (cfr. Tommasi, 2011); lugar, inclusive, onde é possível fazer turismo e desfrutar de lindos panoramas a partir das favelas situadas na zona sul da cidade.

O argumento principal é que a ocupação das favelas pelas forças policiais permitiria, agora, a entrada do estado e de seus serviços nos territórios que até agora estariam sob o controle dos comandos do “tráfico”. Expressões como “fui privilegiado de participar de um outro mundo” (fala de um morador no último quadro do trailer do filme “4xUPP”¹⁵), “há que existir um tsunami social” (M. Beltrame, Secretário de Segurança do Governo do Estado¹⁶), ilustram com força a representação da ocupação como um divisor de águas histórico.

Como gosta de enfatizar o Secretário Beltrame, foi feito, desde o começo da instalação das Unidades, um investimento significativo em comunicação e o comando das UPP conta com uma assessoria de imprensa muito ativa. As ações são divulgadas, inclusive, através de um site oficial (www.upprj.com); existe também um “blog da pacificação” (www.blogdapacificacao.com.br) criado por três jornalistas, que conta com alguns correspondentes moradores dos territórios “pacificados”.

O programa “UPP social” foi lançado nos últimos meses do governo de Sergio Cabral em 2010 e implantado inicialmente em 3 comunidades “pacificadas”. O idealizador do programa, Ricardo Henriques (um professor de economia que já assumiu vários cargos relevantes no governo federal), apresentando o programa, coloca muita ênfase na

¹⁴ Um exemplo: no ano passado em ocasião do dia da favela (dia 4 de novembro) um “monumento” foi colocado no Largo da Carioca: uma enorme escrita com as palavras “Favela” e Rio e um enorme coração no meio.

¹⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=Ata84Cumxvs>

¹⁶ <http://www.youtube.com/watch?v=s9EVSoA0xQ0&feature=relmfu>

necessidade de criar “sinergias” entre os distintos órgãos do governo e entre esses e o setor privado, para “racionalizar” as ações. Portanto, o foco está no papel de “articulação” que o programa deve assumir (e não ao de execução), acionando os distintos setores do governo responsáveis por responder a uma determinada “demanda” do “território”. Por isso, inclusive, o programa supostamente não necessita de dotação orçamentária significativa. Durante a cerimônia de lançamento oficial do programa, que aconteceu no teatro do SESC, no centro da cidade, com a presença de autoridades, representantes do mundo empresarial, das ONGs, da Academia e atores da Rede Globo, foi dada muita ênfase à idéia que inspiraria o programa, resumida na expressão “vamos combinar?” Ou seja, tratando-se de levar a legalidade aos territórios até então excluídos do convívio da sociedade legal, a definição das regras e normas sociais deveria ser objeto de acordos estipulados entre os livres cidadãos e o poder público. Papel do programa seria, justamente, o de propiciar e coadjuvar gestores e cidadãos na definição desses acordos.

Na equipe do Ricardo Henriques está, desde o começo, José Marcelo Zacchi, que foi um dos fundadores da bem sucedida ONG “Sou da Paz” de São Paulo, e do site (e Instituto) “Overmundo” (junto com o antropólogo Hermano Viana), site colaborativo que divulga iniciativas culturais que não encontram espaço na mídia tradicional¹⁷. José Marcelo é um expoente bastante típico de uma nova geração de trabalhadores do “social”: jovens saídos das melhores universidades públicas e privadas (com destaque para a Fundação Getulio Vargas), no eixo Rio-São Paulo, muito mais dos cursos de administração e de economia do que dos cursos de ciências sociais, que se engajam em atividades do setor social (em fundações ou ONGs por eles criadas) com o espírito dos novos tempos, ou seja: criatividade, inovação, preocupação com os resultados, ênfase nas técnicas de gestão e de comunicação, capacidade empreendedora e talento para a gestão de negócios. Sem dúvida, uma geração muito diferente daquela dos militantes que voltavam do exílio, formados nas escolas das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, que fundaram as ONGs nos anos 70/80 e início dos 90. È de autoria do Zé Marcelo a expressão “vamos combinar?”.

Em dezembro de 2010 foi aberto um edital para contratar 15 gestores e assistentes de terreno do programa, edital gerenciado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mas, com o final do governo, o Secretário e idealizador do programa, Ricardo

¹⁷ Cfr. www.overmundo.com.br

Henriques, saiu da Secretaria e assumiu o cargo de diretor do Instituto Pereira Passos, Instituto de pesquisa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Parece que houve um acordo político para que ele continuasse a coordenar o programa, agora sediado no órgão da Prefeitura. Mas o novo Secretario de Direitos Humanos e Assistência Social do governo do Estado, Rodrigo Neves, não abriu mão do programa (que, sem dúvida, proporciona ganhos políticos significativos) e continuou a realizar as atividades, mantendo inclusive, no território estudado, o mesmo gestor local. Criou-se então uma situação de disputa entre os dois governos locais, inclusive a respeito de quem deveria usar o nome “UPP social”, que ainda se alastra. A partir do mês de julho desse ano a Prefeitura conseguiu também contratar (via a agencia das Nações Unidas, Habitat) gerentes e assistentes locais para trabalhar em 16 territórios. Na CDD, portanto, atuam hoje dois Programas “UPP social”, com duas equipes de gestores compostas por três pessoas cada uma (inclusive, a gerente da “UPP social” da Prefeitura é a antiga assistente do gestor da “UPP social” do Estado), cuja atuação tem exatamente as mesmas finalidades.

2. A rua principal e o comercio: diferentes formas de ser empreendedor

O acesso à CDD chegando pela Linha Amarela (é preciso prestar atenção e conhecer o lugar, porque, no sentido Centro-Barra da Linha Amarela, na entrada da CDD não existe placa) é feito por uma ampla avenida, onde estão situados, entre outros: o grande local da escola de samba (extremamente empobrecido e desgastado), uma escola municipal, o Centro de Vocação Tecnológica da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), que foi inaugurado em maio de 2010 e oferece cursos “profissionalizantes” de curta duração e baixo nível técnico, a Igreja Anglicana (cujo padre é muito ativo na comunidade e sempre oferece o salão da Igreja para realizar atividades), a grande casa da Assembléia de Deus, a casinha da Agência de Desenvolvimento Local, a casa do CEACC (Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania) uma ONG local muito ativa, financiada com dinheiro da agência inglesa *Action Aid*.

Na praça que dá acesso à rua principal estão situados alguns serviços. A UPA (Unidade de Pronto-Atendimento), foi inaugurada por Sergio Cabral em maio de 2010. Os moradores reclamam bastante pelo mau atendimento oferecido na UPA e as lideranças do

Comitê denunciam: faz 10 anos que reivindicam a instalação do programa de saúde da família, que ainda não chegou; em seu lugar, chegou a UPA 24h, mas os dois serviços respondem a duas idéias de atendimento medico bem distintas: um é preventivo, o outro profilático. O novíssimo Restaurante Cidadão, que oferece almoço por 1,00 real e café da manhã por 35 centavos, foi inaugurado dia 13 de agosto desse ano, com a presença do governador que, pela ocasião, anunciou que uma velha reivindicação da comunidade finalmente está em processo de ser atendida: nos locais inativos da FIA (Fundação da Infancia e da Adolescência, onde o presidente americano Barak Obama esteve em visita recentemente) será construída uma escola de ensino médio, a primeira da CDD. No meio da praça, foi instalada uma eficiente academia de esporte, patrocinada pelo Banco Santander.

A chamada “rua principal” da CDD é uma rua estreita cheia de lojas, sempre repleta de gente, carros, motos. Na entrada da rua estão posicionados os indispensáveis moto-taxis, que viabilizam a mobilidade dentro da favela, organizados em cooperativas ao estilo das cooperativas de taxi. Na frente de um dos ponto deles há uma pequeníssima loja, com muros e mobílias muito desgastados, que vende colares de aço. Perguntamos o preço de um (nem dos maiores): 1200,00 reais!

A maioria das lojas da rua vende roupa ou comida, ou seja, bares e lanchonetes (como é que ficarão os proventos desses estabelecimentos, agora que foi instalado o Restaurante Cidadão? Outra questão a ser explorada). Há também um considerável numero de salões de beleza e barbearias, atividades que, as vezes, dividem o espaço com outros tipos de comercio. O grande número de lojas que cuidam do cabelo é algo que chama a atenção: “salão nunca está em crise”, dizem. Desde que iniciamos a andar por lá, em dezembro de 2010, o visual das lojas já mudou bastante, muitas foram reformadas e modernizadas. De todas, a mais linda é a loja do João, numa das estradas laterais à rua principal: as estantes, a disposição do espaço, os produtos vendidos, o ar condicionado: em tudo igual a uma loja de shopping da zona sul. João pode ser definido, sem dúvida, como um empreendedor de sucesso: desde muito jovem, se engajou em vários tipos de comércio e adquiriu uma evidente estabilidade. Chegamos na loja dele (uma papelaria onde opera uma moderna maquina para revelar fotos) por sugestão do gerente da agência do Bradesco (o primeiro Banco a abrir uma agência na comunidade, da qual falaremos com mais detalhes no próximo parágrafo), à procura dos moradores que ele apontou como os

empreendedores mais bem sucedidos entre aqueles com os quais o Banco se relaciona. São eles que, inclusive, aceitaram operar os caixas “descentralizados” do Banco: já que a agência não dispõe de caixas presenciais (só eletrônicas), as operações de caixas (abertura de contas, pagamentos e transferências) podem ser realizadas em algumas lojas do comércio local, que recebem 0,15 centavos pela transação realizada por meio de uma máquina fornecida pelo Banco. Calculadora sempre à mão, João nos informa que está em negociação com o gerente do Banco para aumentar esse valor e chegar pelo menos ao dobro e assim, com os ganhos, poder pagar uma pessoa exclusivamente para operar a máquina (parecida com as que operam os cartões de crédito). Mesmo obtendo muito pouco lucro pelo serviço, para João a instalação desse serviço em sua loja gerou benefícios de outra ordem: primeiro, poupou a diária ida ao banco para depositar os ganhos do dia, poupou em tempo gasto e riscos corridos; segundo, os clientes do Banco que entram na loja são potenciais consumidores de seus produtos.

À diferença dos outros comerciantes, que logo de cara (e sem ser interrogados a respeito) nos informam que os lucros do comércio baixaram pelo menos 50% com a chegada da UPP (já que os “traficantes” eram grandes consumidores), João está muito feliz com seu comércio que, manifestamente, vai muito bem. Enquanto os outros comerciantes que operavam os caixas do Banco desistiram, em consequência de algum tipo de ação criminosa que não conseguimos ainda descobrir qual foi (“foi um assalto”? perguntei ao gerente do Banco; “algo do tipo” ele respondeu), João conseguiu dobrar o valor do dinheiro repassado pelo Banco por cada transação.

Ainda na rua principal, um pouco à frente, depois de muitas buscas infrutíferas conseguimos encontrar Silvio, outro jovem empreendedor ousado que, apesar da crise provocada pela chegada da UPP, em vez de fechar sua loja de sapatos (pintada em cores vivas, porque, ele diz, “o povo gosta”), resolveu, seguindo um dos ditames clássicos do capitalismo, crescer: abriu mais duas lojas (aproveitando ao máximo das ofertas de empréstimo e das facilidades oferecidas pelo Banco). Hoje está com quatro: a de sapatos, a que vende roupa feminina, uma outra que vende bermudas e t-shirt para homens (a loja mais linda, cujo visual pode competir com qualquer loja que vende essa mercadoria nos shoppings) e um posto telefônico. Apesar de custar, em média, entre 50 e 70 reais, suas bermudas custam bem menos do que numa loja de shopping, por isso Silvio está vendendo bem. Para ele, o maior problema é a mão de obra: difícil encontrar vendedores

de confiança, que não roubem. Ele resolveu a questão colocando, em sua maioria, pessoas da família.

Para todos os comerciantes a chegada a UPP trouxe um outro desafio: a regularização do empreendimento. Ou seja: abrir CNPJ, entender como funciona a burocracia da prefeitura e a muita papelada que precisa ser preenchida, fazer a declaração do imposto de renda. E conviver, agora, com o temor pela possível chegada dos “fiscais”. Porque, como me diz a Mônica, outra operadora do caixa descentralizado do Banco em sua loja de presentes, “vou assinar a carteira do meu marido, ou de minha cunhada? Não faz sentido!”

Andando um pouco mais encontramos, numa esquina, a grande loja de construção do pai da Luana, que conhecemos no nosso restaurante preferido, verdadeiro “*point*” do pedaço: ali almoçamos com policiais e comandantes da UPP, gerentes do Banco, técnicos da “UPP social”, comerciantes e vendedores. Luana, uma jovem linda e muito esperta, tornou-se nossa amiga. Numa longa entrevista, contou sua vida: filha de porteiro, cresceu num bairro rico da zona sul e só no começo da adolescência, depois que os pais se separaram, veio morar na CDD mas continuando a ter como referência as formas e o estilo de vida da zona sul. Luana trabalhou, durante vários anos, como vendedora em lojas de shopping, e assim nos revela a difícil realidade desse tipo de emprego, onde os ganhos com o salário são tão irrisórios em relação às possibilidades de ganhos com o percentual da venda, que o vendedor se torna muito mais parecido com um empreendedor individual do que com um trabalhador assalariado. Uma vendedora ganha, em média, um salário mínimo e comissões sobre a venda (que variam segundo a loja); mas ela deve atingir uma determinada “meta” de venda mensal (que também varia), pode chegar a 40.000 reais. Se a funcionária não alcança a meta por 3 meses seguidos, é mandada embora. Além disso a vendedora precisa, muitas vezes, comprar a roupa da loja para se vestir (com desconto, mas, dependendo da loja, mesmo com desconto às vezes essas roupas são muito caras para pagar com um salário mínimo) e também investir na produção do próprio visual, cuidar da maquiagem e do cabelo. Ela, que tinha cabelo cacheado, agora esta com um cabelo lisinho e bem menos cheio, efeito da “escova progressiva”, uma imposição em muitas lojas para as vendedoras não brancas.

Numa outra lateral, já perto do cruzamento central, abriu recentemente uma pequena loja, toda reformada, de sabão e sabonete, loja na frente e espaço para produção atrás, um

empreendimento bem no espírito do moderno “combate à pobreza”¹⁸: é um grupo de mulheres, produto de um curso sobre empreendedorismo e micro-credito, oferecido por uma ONG de mulheres da zona sul da cidade em quatro favelas, curso que resultou no financiamento de um empreendimento em cada favela; curso e empreendimentos financiados com recursos (meio milhão de dólares) de uma multinacional americana (a Chevron), recursos transacionados por uma fundação privada americana, a Fundação Kellogg, muito atuante no Brasil na área da responsabilidade social empresarial. O sabão comum é feito com óleo de cozinha reciclado, que as mulheres recolhem da comunidade. Por enquanto, estão “tirando” cerca de 300 reais por mês. No curso, segundo elas, tudo era decidido “por consenso”; está de fato que das 38 participantes, só seis se juntaram para criar esse grupo. A seleção se deu de forma “natural”: o curso tinha que ser frequentado todos os dias, inclusive aos sábados o dia inteiro. E justamente por ter permanecido o curso inteiro, persistindo e gerando o novo negócio, essas mulheres se vêem como um pequeno grupo vitorioso, que com força de vontade e determinação conseguiu o que queria. Esse é o ideal constantemente enfatizado: “O projeto me fez colocar os pés no chão, erguer a minha cabeça e falei para mim mesma que venceria, ia para a luta nessa oportunidade única da minha vida”, relata uma das integrantes numa matéria feita em ocasião da inauguração e publicada no blog da “pacificação”¹⁹. O dinheiro para abrir o empreendimento (50.000 reais financiados pela Chevron,) é administrado pela ONG, que o “libera” gradualmente e acompanhará o empreendimento até sentir que “a gente está apta para ganhar o mercado sozinhas”, dizem. Quando pergunto o que é preciso fazer para virar empreendedoras, respondem: “é preciso ter coragem, não adianta só querer”. Uma dela tem o sonho de ganhar, algum dia, 5.000,00 reais com o empreendimento, outra 2.000,00 reais.

Entre outras coisas, me contam dos roubos que estão acontecendo na comunidade, na rua, nas casas, que antes não aconteciam. “Agora você não pode nem deixar uma bicicleta no meio da rua”. “Efeito perverso” da “pacificação”. Como outros moradores, elas asseguram que antes da UPP viviam relativamente tranqüilas na comunidade, “se você não devia nada a ninguém, se ficava na tua, ninguém implicava com a gente”²⁰.

¹⁸ Cfr. para uma discussão crítica sobre esses programas, A. Roy, 2010.

¹⁹ Cfr. <http://www.blogdapacificacao.com.br/cidade-de-deus/moradoras-da-cidade-de-deus-viram-empresarias-e-criam-empresa-para-vender-sabao-feito-do-oleo-de-cozinha/>

²⁰ Entrevista gravada no dia 4 de Junho de 2011.

Além das lojas, na rua principal encontramos também algumas ofertas de serviços, como a venda dos planos da *Sky* (a regularização do acesso aos canais fechados de TV é um dos primeiros acontecimentos nos territórios “pacificados”; aliás, como me contou um gestor de outro território, os moradores dizem que “a *Net* soube o morro já no carro da policia de ocupação”. Mas a proposta de planos aparentemente baratos (R\$ 50,00) esconde a armadilha: o plano permite o acesso a muito poucos canais, enquanto os planos “ilegais” ofereciam, pelo mesmo preço, acesso a todos os canais fechados.

Numa lona improvisada na calçada, a Honda oferece planos para parcelar a compra de uma moto. Numa outra, a TIM oferece seus novos serviços de telefone fixo pré pago.

3. O cruzamento onde tudo acontece (ou, a rua do Bradesco)

O cruzamento principal do Lazer, a área central da CDD²¹, é onde passa o canal, ou seja o rio, ou seja um esgoto a céu aberto: o mau cheiro muito forte. Mas é ali, nas bordas do rio, ou seja, do esgoto, que tudo acontece: eventos públicos quase que semanais, organizados por órgãos federais, estaduais, municipais ou empresas privadas. Ali está localizada a agencia do Bradesco, numa casa que é da Associação de Moradores e onde funciona também a sede da CUFA. Alias, foi a CUFA que cedeu espaço para a abertura do Bradesco²². Ali também estão localizados os dois espaços (duas casas grandes, com muitas salas e quintais espaçosos) do governo do Estado onde hoje funciona o Centro de Referencia da Juventude (CRJ) (mas já foi Casa da Paz e Centro Comunitário, outros programas do governo estadual) e um bocado de outras atividades. Uma sala está reservada para a equipe de gestão da UPP social do governo do Estado (enquanto a equipe da UPP social da Prefeitura é mambembe), numa outra funciona o SEBRAE, numa outra, aos sábados, acontecem as atividades da “Agência de Redes da Juventude” (programa do qual falaremos a seguir).

²¹ A CDD está subdividida em áreas, cujos nomes são bastante significativos: 13, 14, 15 (são os números das quadras situadas nas praças), Lazer, Rocinha 2, Karaté, Jardim do Amanhã, Jardim do Amanhã 2, Tangará, Apartamentos.

²² As modalidades de cessão do espaço ao Bradesco não são muito claras. Alguns dizem que a agência paga um aluguel à Associação; outros que o Bradesco ofereceu, em troca, o dinheiro para a instalação das duas UPP sucessivas à primeira (que funcionam nos Apartamentos e no Karaté, as regiões de mais resistência dos “traficantes”); outros que “tudo é ilegal” porque a Associação não é dona do espaço e portanto não poderia alugar.

Os eventos se sucedem a ritmo acelerado, impossível de acompanhar, no cruzamento principal, onde são instalados os palcos para a participação das autoridades. Um dia é o prefeito, que vem anunciar “as melhorias que a Comunidade vai receber como PREMIAÇÃO” (supérfluo sublinhar o caráter de concessão e não de direito) por ter sido o bairro que mais reduziu o lixo jogado nas ruas. As “melhorias”, ou seja a obra “Bairro Maravilha Cidade de Deus” já foram “lançadas” três vezes pelo Prefeito. Outro dia, são os representantes dos serviços judiciários, numa ação da “Casa dos Direitos Itinerante”, com a presença do Ministro da Justiça: uma feira de serviços jurídicos ambulantes, onde os cidadãos podem fazer denúncias, emitir carteira de trabalho, utilizar os serviços de cartórios etc. Depois, é a empresa de venda à domicílio “Natura” que monta alguns estandes para “juntar todas as forças sociais da comunidade” (ou seja, a própria Natura, duas ou três ONGs locais que vendem artesanato, e os policiais da UPP, que distribuem “santinhos” para alertar a população sobre a necessidade de preservar o meio ambiente) e dar publicidade a seus produtos, motivando as mulheres a trabalhar como vendedoras. Nas barracas da Natura é possível fazer uma maravilhosa massagem nas mãos ou uma linda maquiagem, ou ouvir a música tocada pela banda dos policiais da UPP. Mais um tempo, é dia da Feira de Economia Solidária²³. Em seguida, vem a gestão do “Rock in Rio” apresentar seu programa social. Todos esses eventos acontecem com a presença ostensiva e fortemente armada dos policiais da UPP, que vigiam tudo, para o bom andamento das comemorações. É o “tempo do evento” (parafraseando a feliz expressão de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, o “tempo da política”) no qual aparecem personagens, práticas, relações distintas respeito ao cotidiano que os moradores habitam; tempo durante o qual as adesões tornam-se manifestas, as alianças são sacramentadas (especialmente, no nosso caso, entre os que estão no palco).

Durante os eventos, a esquina se transfigura. Moças de salto alto e *tailleur* falam freneticamente ao celular e moços de terno social preto falam em seus rádios escondidos. Mas os moradores não afluem em massa e os fotógrafos que tiram as fotos para sair na imprensa precisam procurar um bom ângulo, para poder retratar um evento “cheio”. Claro, os moradores têm suas preferências: afluem de forma mais significativa no evento da “Natura” (sobretudo mulheres e meninas, essas últimas muito bem maquiadas e produzidas), enquanto passam do lado, manifestando seu descrédito, com uma certa

²³ Num próximo texto analisaremos em detalhe a atuação do projeto de Economia Solidária realizado pela Prefeitura com financiamento do PRONASCI, programa da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

ironia, durante o comício do Ministro de Justiça (“não só carteira de trabalho: queremos carteira de trabalho assinada!” diz um transeunte).

Vale ressaltar que as vendedoras da Natura não trabalham no sistema de consignação de venda, e sim compram os produtos na empresa com 20% de desconto e os revendem por conta própria. Ou seja, os ganhos, além de mínimos, como nos fez notar nossa amiga Luana, são sujeitos à insegurança inerente a um mercado local onde todo mundo se conhece e está acostumado a comprar fiado, sobretudo quando a compra-venda acontece em relações informais. Provavelmente, os atrativos não são percebidos somente em termos de lucro e sim também de capital simbólico adquirido pela venda desses produtos, assim como pelo seu consumo (os produtos são bastante caros e mesmo assim bastante consumidos entre a população de baixa renda). Mais um sinal de “integração” pelo consumo.

Todo sábado, no quintal do CRJ, encontramos uma cena inesperada, considerando o lugar: um tapete vermelho estendido onde desfilam as (e os) aspirantes modelos de uma escola de modelos e fotógrafos de moda, “Lente dos Sonhos” que há 10 anos funciona na comunidade, por iniciativa de um fotógrafo e uma modelo moradores de lá. Algumas modelos formadas na escola já ganharam as passarelas da Europa. Os cursos são sempre lotados e a sensação é que toda menina da comunidade, em algum momento, passou ou vai passar por lá, alimentando seus sonhos. A escola promove a participação das alunas em eventos de moda, e já participaram da “Fashion Rio” e da “Semana da moda” em Paris e na Dinamarca. A escola não recebe financiamentos a não ser da mensalidade paga pelos familiares, que também colaboram na realização do evento de formatura. Tony Barros, o fotógrafo que criou a escola, é um verdadeiro empreendedor do social. Morador da CDD, ex interno de uma escola que ele diz ser para “infratores”, trabalhou durante muitos anos numa Fundação muito engajada no trabalho com os chamados “meninos de rua”, protagonizando as lutas dos anos de auge do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente; ali, começou a se interessar por fotografia, frequentou então vários cursos de formação e começou a trabalhar como repórter fotográfico, para depois passar a trabalhar também no âmbito da moda. Foi o primeiro fotógrafo carioca a fazer uma reportagem de moda numa favela e por isso ganhou fama internacional. Bastante engajado nas atividades associativas e nos movimentos locais, quando pergunto como é viver num “território pacificado” responde simplesmente: “aqui temos que rezar a

cartilha, antes era a do trafico, hoje é a da UPP”. Ainda está esperando o dinheiro que a polícia lhe deve, por ordem judicial, por ter quebrado sua máquina fotográfica quando, na ultima noite de carnaval, fotografou um policial atirando para ameaçar os foliões que se recusavam a deixar a festa e ir dormir.

A chegada do Bradesco foi o evento mais significativo que aconteceu depois da “pacificação”. Na inauguração da agência, no dia 5 de janeiro desse ano, estava presente o Governador Sergio Cabral. Como já mencionado, na agência só funcionam os serviços de abertura de conta e empréstimos, além de dois caixas eletrônicos. Os caixas presenciais são “terceirizados” e funcionam em algumas lojas do comércio local. O gerente do Banco é pessoa muito ativa que gosta muito do que faz e do lugar onde trabalha. Parece conhecer todos os comerciantes e empreendedores locais pessoalmente. Segundo ele, na comunidade tem cerca de 500 empreendimentos. Conta que, junto com o empréstimo, oferece os serviços de consultor financeiro: os comerciantes trazem seus livros de caixas, e o gerente ajuda na organização das contas, na projeção das despesas e dos investimentos. Depois de menos de dois meses, já tinha conseguido abrir cerca de 1000 contas individuais e 100 de razão social. A política da agência é não oferecer talão de cheque aos clientes, e sim apenas cartão de credito com teto baixo, “para as pessoas irem se acostumando devagarzinho”, diz o gerente. Mas muitas contas nem são movimentadas (“muita gente abre só para abrir”). “Integrar-se” à cidade é tornar-se correntista.

Para abrir conta não é preciso trazer o comprovante de residência nem de renda. O pessoal passa na associação de moradores, que assina uma carta de garantia. Flexibilização dos serviços, adequação à demanda.

Os empréstimos concedidos são baixos (ao redor de R\$ 1000,00, inicialmente), para “educar” os empreendedores a lidar com esse tipo de situação. O aprendizado do manejo com o sistema financeiro requer tempo, pedagogia e paciência. O índice de inadimplência, assim, é baixo; o pessoal é cuidadoso, não extrapola suas possibilidades; se não, o banco ameaça: vai embora. O valor dos empréstimos é baixo também para que a agência não fique em vermelho. Porque, descobrimos, uma agencia de um Banco (privado) funciona como uma filial de uma franchising, ou seja, é o gerente que tem que encontrar os recursos para reformar o local, alugar as maquinas dos caixas eletrônicos junto à sede central, fazer enquadrar as contas com as folhas de pagamento dos

funcionários. Os lucros devem servir para financiar as atividades, como qualquer outro empreendimento. Isso dá também uma certa liberdade, diz o gerente, que por exemplo resolveu contratar exclusivamente os serviços da mão de obra local para reformar a casa. Mas, como todo empreendimento, esse também comporta riscos, e isso justifica a contenção de despesas com mão de obra para os caixas presenciais. A “descentralização” desses é sem dúvida um recurso importante nesse sentido. É o espírito do capitalismo moderno, reduzir os custos da mão de obra, flexibilizar as formas de trabalho, adequar o empreendimento às demandas locais, mesmo se tratando de um Banco.

Os jovens são alvo privilegiado das atividades desenvolvidas pelos programas atuantes na CDD. Partindo do pressuposto de que o envolvimento no tráfico, por parte dos jovens, é produto da falta de oportunidades, a idéia geralmente expressa é combater esse envolvimento por meio de ações que visam ampliar o horizonte de possibilidades e de oportunidades dos jovens²⁴. Faz-se isso através da oferta de inúmeros cursos e cursinhos de curta duração (o anúncio da oferta desses cursos adorna as paredes do CRJ) cuja eficácia, em termos de profissionalização, é evidentemente duvidosa mas, geralmente, não está na pauta dos gestores, muito mais preocupados com “ocupar o tempo ocioso” dos jovens. Postulando que a amplitude das “redes” sociais nas quais os indivíduos estão inseridos abre seu “campo de oportunidades”, os projetos visam ampliar essas redes e, ao mesmo tempo, ativar positivamente a população jovem, enquanto sujeito e objeto de múltiplas formas de intervenção que visam fomentar, fortalecer, ampliar suas capacidades “empreendedoras” nos mais diferentes campos: cultural, social, econômico.

Assim, todo sábado funciona no CRJ um projeto realizado por um importante empreendedor cultural e social da cidade e da baixada, Marco Faustini (já foi secretário de cultura na Prefeitura de Nova Iguaçu), que criou uma “Agencia de Redes da Juventude” com financiamento da Petrobras e apoio do governo. É um projeto muito parecido com o que a COMGAS e a Cidade Escola Aprendiz (do jornalista Gilberto Dimenstein) criaram anos atrás em São Paulo, e que consiste na formação de jovens para que eles elaborem um projeto social de intervenção para “melhoria das condições de vida na comunidade”. Aqui, os jovens da comunidade são formados durante quatro meses e no final devem elaborar um projeto; um dos quais, depois de passar pelo crivo da avaliação de uma

²⁴ Uma das principais reprodutoras desse discurso é a antropóloga Regina Novaes, que já foi vice-Secretária Nacional de Juventude. Cfr. Tommasi, 2005.

comissão de “notáveis”, receberá um financiamento de 10.000 reais para que possa ser realizado. A novidade aqui é que os educadores e “mediadores culturais” do projeto são todos jovens de “comunidades”, jovens que já tiveram uma trajetória em projetos sociais e se destacaram pelas habilidades adquiridas. Jovens que, evidentemente, recebem salários “adequados” à sua condição de jovens²⁵.

A idéia do projeto é “despertar o sentimento de pertencimento à comunidade” e ao mesmo tempo, promover a circulação na cidade. A primeira pergunta à qual os jovens precisam responder na preparação de seus projetos é se eles tem algum sonho. A segunda, é sobre valores: que valores o projeto vai ajudar a difundir? A intenção é clara: um bom empreendedor é o que persegue seus sonhos e ajuda a difundir na comunidade os “bons” valores (de cidadão e empreendedor? Ou cidadão-empendedor).

Entre os projetos apresentados pelos jovens destacamos alguns: MC Jenifer, cantora de *funk*, que quer criar uma produtora cultural para apoiar os jovens *funkeros* locais a se produzir de forma independente; o projeto (“Funklização”) pretende incentivar a difusão da musica “boa”, ou seja, que não faça apelo ao sexo. Outro projeto, “Estilo Favela” pretende criar uma grife com estampas escolhidas pelos moradores de favelas, com a finalidade de valorizar o local e sua população. Outro pretende “conscientizar” a comunidade sobre assuntos como DSTs, gravidez na adolescência, drogas. Todos esses jovens aspirantes produtores sociais, culturais, econômicos, estão, de certa forma, querendo se beneficiar da onda do momento: vender a marca “favela pacificada” e alavancar o empreendedorismo de base comunitária.

O gerente da “UPP social” do governo de Estado, um jovem petista que recentemente concluiu o mestrado em história, cumpre muito bem suas funções de “articulador” local. Concretamente, o que ele faz é ajudar a produzir todo e qualquer evento ou iniciativa que aparece para acontecer na comunidade, seja de empresa privada ou órgão público. Viabiliza, produz o evento ou a iniciativa no local, conversando com quem deve ser envolvido, articulando apoios, espaços, alianças. Talvez podemos dizer que ele assume as tarefas que, outrora, deviam ser assumidas pelo presidente da associação de moradores. Com a diferença que ele não é do local e é um jovem formado. Trabalha em estreita

²⁵ Em outros estudos, mostramos como, muitas vezes, esses jovens “educadores” ex “público-alvo” dos projetos são os que sofrem mais, espremidos entre as demandas e cobranças de cima (da coordenação e direção do projeto) e de baixo (dos jovens “publico alvo” que exigem e reclamam pelo tratamento e, inclusive, pela falta de experiência dos educadores). Cfr. Tommasi 2005.

relação com o comandante da UPP, mesmo porque muitas vezes os empresários interessados a atuar na comunidade procuram primeiro o comandante, e esse os encaminha para o gestor da “UPP social”.

Os policiais da UPP são muito ativos na comunidade e não somente com suas atividades policiais. Alguns tocam nos eventos, outros dão aula de artes marciais no CRJ e em outros espaços. O atual comandante incentiva muito esse envolvimento dos policiais nas atividades sociais e culturais da comunidade. Dentre todos, destacamos a atividade do Sargento Muniz, que abriu uma escola de futebol numa das muitas quadras, até então abandonada, da comunidade. Antes da UPP, a quadra era um dos principais pontos de venda de droga, cercada de traficantes armados, diz ele. Recentemente, ele conseguiu um apoio da entidade criada pelo ex jogador Zico, a “Escola Zico 10”, que forneceu as uniformes (com a legenda “Copa de 2014”).

Tudo começou quando, há alguns anos atrás, o Sargento foi convidado pela Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) para desenvolver o projeto na CDD. Assim, conseguiu a concessão do quartel em que trabalhava, e agora só vai lá uma vez por semana. Nos outros dias, dá aulas na CDD, pela manhã e pela tarde. Para participar do projeto, os meninos têm que comprovar bom rendimento e comportamento na escola formal: quem apresentar mau comportamento ou nota baixa, é temporariamente excluído da escolinha de futebol. Mas se depois tiver a “humildade” de pedir para voltar, e se comprometer a mudar, o Sargento diz que sempre guarda a vaga dele.

A idéia é de “regenerar” esses jovens. O que o Sargento idealiza é que no futuro próximo, eles possam seguir suas vidas com as próprias pernas, longe do tráfico. Os meninos são bastante “arregimentados” e andam marchando e cantando com ele na rua (similar ao que fazem os militares dos quartéis). Visivelmente, o adoram e respeitam. Antes da aula começar, o Sargento ordena que todos se reúnam em roda dando as mãos. Então começa a conversar numa tentativa de moralização das crianças. Diz que em primeiro lugar deve ser colocado o estudo, em segundo o trabalho e só depois vai se pensar em namorar. Fala com muita autoridade e firmeza, é uma ordem, não algo a ser debatido, como quando cita exemplos de meninas que ficaram grávidas ao inverter a ordem das prioridades. E também faz um discurso sobre ficar longe das drogas e contra a violência. O projeto

lembra a velha idéia de “guardas mirins” que algumas prefeituras resolveram implantar para trabalhar com “meninos de rua”.

Por sua vez, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) promove a legalização dos empreendimentos e do comércio, ajudando na preparação da papelada e oferecendo cursos de formação (como “Aprender a empreender serviços”, e “Oficina de finanças”) para que empreendedores e comerciantes possam se familiarizar com as exigências legais decorrentes de sua nova condição. Os cursos oferecidos pelo SEBRAE são cursos específicos para Empreendedores Individuais- EI.

Nos últimos tempos, está promovendo a criação de uma associação de comerciantes, para que se fortaleçam e tenham um suporte. Vale destacar a fala da representante do SEBRAE (que ela mesma definiu como “uma instituição privada que funciona com dinheiro público”), na reunião promovida com os comerciantes:

“Quem é empreendedor? (*ninguém levanta a mão*). Quem é empresário? Quem se vira, ou seja, se vira para viver? (*muitos levantam a mão*). Estão vendo, vocês são empresários. Vocês são 99% dos negócios que existem no país, que são os micro e pequenos empresários. Quem não tem chefe, e tem uma atividade que dá sustento para si e gera até emprego, é empresário, e tem que se reconhecer como tal, porque **vocês são importantes pra burro** para o país, porque vocês movimentam a economia da gente. Mas para a gente fazer com que o burro do país vire o esperto do país, a gente tem que ter noção dessa força que a gente tem enquanto empresariado. (...) São as pequenas empresas que melhor distribuem porque elas empregam as mulheres e os velhos. (...) Empreendedor é aquele que tem a capacidade de empreender, que consegue olhar uma oportunidade e fazer dessa oportunidade o seu sustento. Vocês fazem isso, só que a gente²⁶ não tem consciência, porque vocês estão matando um leão por dia, por dia não, por turno. O SEBRAE é uma empresa privada mas que funciona com verba pública, igual o SENAC, o SESI, o SESC. È o serviço da micro e pequena empresa. Não empresta dinheiro mas diz para você com quem vocês podem pegar esse dinheiro. O SEBRAE não formaliza, essa é uma competência da Prefeitura, mas diz para você como é que vocês vão falar com a prefeitura. Ajuda vocês a se desenvolver.

Há dois anos existe a figura do empreendedor individual (EI), que fatura até 36.000 por ano, dá uma média de 3.000 por mês, não pode ter sócio e tem até 1 funcionário. Criou-se essa figura jurídica para ele que é o EI. Porque é bacana? Porque ele é um CNPJ, por isso é bacana, por isso tem formas de negociação diferente, com seu fornecedor, não precisa comprar do atravessador, e com seu consumidor final porque passa a emitir nota fiscal. Ele tem nota fiscal para apresentar e pode vender para Prefeitura, ou para Light. Existem linhas de créditos específicos para Empreendedor Individual. Pode ter a maquininha da Cielo, tem vários atrativos. Ele paga (e é essa que é a mudança recente, do mês passado)

²⁶ Notar a desenvoltura da passagem da fala entre a segunda pessoa (“vocês”) e a primeira (“a gente”).

entre 27 e 33 reais por mês, dependendo da sua atividade, com esse valor esta contribuindo para a Previdência Social e tem direito a todos os benefícios da Previdência Social, para o ISS, se é de serviço, que é o imposto que o serviço paga para o Município, para o ICMS se ele é do comercio. (...) Até o mês passado para a Previdência se pagava 11% do salário mínimo, agora se paga 5% do salário mínimo, então é mais barato você ser EI do que você contribuir sozinha para a Previdência, você paga menos. (...) Se criou uma figura jurídica que é possível aos empreendedores. Essa taxa de 27 a 33 não é atrelada à quantidade de notas que você emite. Só não pode é ultrapassar o limite de faturamento por ano, de 36.000. (...) Acima disso é a micro-empresa. (...)

O serviço que vocês prestam, o comercio que vocês tem, atende na maioria das vezes a quem está aqui dentro, não é isso? Então o EI tem casado bem com essa história. O EI não é do SEBRAE, é uma figura jurídica criada pelo Governo Federal. O SEBRAE apóia a formalização. Para se formalizar existe um portal do EI onde as pessoas entram e na hora sai o CNPJ. O SEBRAE não é irresponsável, então quando a gente vai trabalhar a formalização a gente casa com o Município, porque não é ele que é responsável pelo alvará de funcionamento? (...) O EI traz a questão da cidadania empresarial. Quando você paga imposto você exige, então é uma questão da cidadania: você esta pagando e você esta contribuindo diretamente para sua Previdência e você esta pagando ao Município o seu dever. (...)

SEBRAE apóia essa idéia do EI não só porque ser legal faz parte da cidadania, mas porque **ser formal é bacana, traz benefícios, trás desenvolvimento**. A gente tem trabalhado com EIs que hoje estão se tornando micro, ainda mais com a UPP. Por exemplo, Cristiano do Borel com a UPP passou a vender Pizza na Tijuca. No Santa Marta tem Andréia que tinha uma birosca e começou a fazer camisetas pintadas com as cenas do St. Marta e agora tem 4 pontos e está virando Micro. Então a gente tem visto que a formalidade traz desenvolvimento, porque uma relação formal com seus fornecedores e clientes coloca vocês em outro status. (...) Como a gente não pagava impostos, passa a fazer, tem que ter um caderninho para anotar o que entra todo mês e o que sai, porque no final do ano vocês precisam fazer a declaração de imposto de renda.”²⁷

Para convencer os comerciantes a se legalizar, ela faz apelo a dois atrativos: o desenvolvimento e a possibilidade de utilizar o cartão de credito. “O empresário é protagonista do desenvolvimento do território”, diz. E é muito enfática na defesa da nova política de segurança: “A UPP é uma política bacana, super legal”.

Para alguma liderança do Comitê, o fortalecimento do comercio fortalece o trafico, já que parte do comercio está, supostamente, controlado por ele.

²⁷ Fala gravada, no dia 9 de junho de 2011. Agradecemos aos alunos Giulia Rodriguez, Rafael Limeira e Gustavo Fialho, que foram na reunião e gravaram para nós.

4. Reflexões em andamento : de-socialização da gestão econômica e a ascensão do trabalho autônomo

Todas essas iniciativas que acontecem na CDD parecem responder a uma determinada lógica de organização social, política e econômica centrada no fortalecimento e valorização do indivíduo, no sentido expresso por Nikolas Rose com a expressão “empreender a vida como uma escolha ativa” em paralelo com uma “de-socialização da gestão econômica”. Retomamos, portanto, os pontos principais de sua análise sobre as “estratégias de governo”. Governo no sentido utilizado por Foucault na discussão sobre governamentalidade (Foucault, 1979), ou seja, a “condução das condutas”, uma forma de governo que tem como sujeito e objeto a população: o governo se realiza não somente sobre, mas também **através** da população. Age sobre o meio, dispondo as coisas para maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos. Governar significa “agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros” (Foucault apud Procacci, 1993, p. 19).

Rose contrapõe as estratégias de governo que se desenvolvem na última década do século XX àquelas estabelecidas anteriormente:

“ao longo do século XX, os domínios da vida econômica e social foram separados, mas regulados de acordo com o princípio da co-otimização. À atividade econômica, baixo a forma do trabalho assalariado, foi dado um novo conjunto de responsabilidades *sociais*, vista como um mecanismo que permite ligar os homens à ordem social e estabelecer um bom relacionamento entre as ordens familiar, social e econômica.” (Rose, p. 338)

Assim, através da regulamentação do contrato salarial, a gestão econômica regulamenta e controla a vida social, e “uma série de intervenções no tecido social procuraram maximizar a eficácia econômica da população como uma força de trabalho”. Ao invés, ao longo dos anos 90, se assiste ao que ele chama de uma “de-socialização da gestão econômica”, consequência do modelo econômico da globalização. Vejamos:

“Ao invés de governar o social em nome da economia nacional, se governam zonas particulares - regiões, cidades, setores, comunidades – em vista do interesse dos circuitos econômicos que correm entre as regiões e as fronteiras nacionais. Os destinos econômicos dos cidadãos no interior de um território nacional estão desatrelados, e agora estão compreendidos e governados como uma função de seus particulares níveis de empreendimento, habilidade, criatividade e flexibilidade.

Isso está associado a uma mudança na racionalidade e nas técnicas para a gestão do emprego e do desemprego. O desemprego é agora considerado como um fenômeno a ser administrado - tanto no nível macroeconômico como no nível do comportamento da pessoa desempregada - através do reforço à atividade do indivíduo em busca de trabalho, e obrigando o indivíduo a exercer uma constante e ativa busca de emprego e das competências que favorecem o emprego. (...) Cada indivíduo é solicitado como um aliado do sucesso econômico através da segurança que ele invista na gestão, apresentação, promoção e valorização de seu próprio capital econômico como uma capacidade dele mesmo e como um projeto de vida.

Essa ênfase sobre o indivíduo como um agente ativo no governo de sua própria economia através da capitalização de sua própria existência é paralelo a uma série de novos vocabulários e conjuntos de dispositivos para gerir os indivíduos no interior dos postos de trabalho em termos de reforço de suas próprias competências, capacidades e espírito empreendedor. (...) O trabalho, também, não é mais considerado como uma obrigação social, nem sua eficiência deve ser reforçada através da maximização dos benefícios sociais que o trabalhador encontra no local de trabalho, nem o seu principal papel deve ser o de circunscrever o indivíduo na coletividade através dos efeitos de socialização dos hábitos de trabalho. Pelo contrário, o trabalho em si - para os trabalhadores e para os managers - torna-se um espaço de auto-promoção e a gestão do trabalho é realizada em termos de reforço das **capacidades ativas dos empreendedores individuais**. Sem dúvida, também, poderíamos identificar uma lógica semelhante àquela do trabalho nas tentativas de regenerar as economias locais, especialmente em áreas urbanas: o declínio econômico está sendo bloqueado através de uma série de dispositivos que fortalecem a atividade empresarial dos indivíduos com competências e flexibilidade e aspirações de auto-promoção - exemplificado, novamente, com a estratégia atual do governo do Reino Unido para a requalificação urbana.

Finalmente, podemos sugerir que, dentro dessas estratégias do governo que eu denomino 'liberal avançado', encontra-se a emergência de uma nova forma de conceber e atuar sobre as relações entre a gestão da vida econômica e a auto-gestão do indivíduo (...) A gestão econômica está sendo de-socializada em nome da **maximização do comportamento empreendedor de cada indivíduo**." (grifo e tradução nossa) (idem, p. 339-340)

Essa nova gestão econômica provoca uma transformação nas formas de governo das condutas, que ele exemplifica colocando em foco o entendimento sobre a idéia de "inclusão": os incluídos são hoje os indivíduos que detêm os recursos financeiros, educacionais e morais para assumir o papel de cidadãos ativos em comunidades responsáveis. Empreender a vida, no âmbito de todas as práticas quotidianas, como uma escolha ativa. A inclusão se faz através do fortalecimento da escolha, da autonomia e do consumo. Inclusão de empreendedores e não mais de trabalhadores assalariados.

Em época de crise do capitalismo, lembramos que para o economista Schumpeter a evolução econômica é feita de rupturas e descontinuidades; essa "destruição criadora" é

operada por indivíduos empreendedores, ou seja, criativos, ousados e inovadores (Schumpeter, 1911). Hoje o modelo econômico capitalista não parece basear-se mais no trabalho assalariado e sim no trabalho autônomo. Como escrevem Pierre Dardot e Christian Laval, que estudam o neoliberalismo enquanto sistema de normas que orientam as práticas de governo, a concorrência não se faz somente através dos preços, e sim através da inovação, operada por sujeitos que interiorizam a pressão da concorrência “de manière a faire de celle-ci la norme même de la subjectivité.” (Dardot e Laval, 2010, p. 41). Assim, “ce sont toutes les activités humaines, jusqu’aux plus éloignées du marché mondial, qui sont requises de fonctionner de façon homogène selon la logique de la concurrence.” (idem, p. 42). O espírito empreendedor libera as capacidades criativas e inovadoras dos seres humanos.

“L’idéal social de l’économie sociale de marché est à la fois une société de petits entrepreneurs en concurrence les uns avec les autres (...) et une démocratie de consommateurs souverains exerçant leur pouvoir individuel de choix. Pour les ordolibéraux, la concurrence est le mode de rapport interindividuel le plus conforme à l’efficacité économique dans une société mais aussi le plus conforme aux exigences morales que l’on peut attendre de l’homme, ce qui lui permet de s’affirmer comme un être autonome, responsable, libre”. (Dardot e Laval, 2007, p. 116).

Esse modelo pressupõe, para os autores, uma política da sociedade que mira a aumentar a responsabilidade dos agentes econômicos, política que é “aux antipodes d’une politique sociale de l’État providence”.

A nosso ver, a “pacificação” no Rio de Janeiro é a ocasião para a instalação de dispositivos que visam ampliar o mercado consumidor interno e promover o espírito empreendedor. Se, por uma lado, é pelo consumo que os moradores tornam-se “cidadãos”, pelo outro a suposta “inclusão” pressupõe que os moradores virem gerentes de algum empreendimento. Talvez seja por isso que a extinção dos antigos gerentes do comércio ilegal não esteja na pauta, e sim seu desarmamento e sua substituição por novos “gerentes do território”.

Finalmente, chegamos ao final desse texto e não conseguimos discutir sobre o associativismo local e sua relação com os diferentes agentes, públicos e privados, que operam no território. Será tema de um próximo texto, que terá como epígrafe a frase do nosso amigo Tiago: “o governo quer encaixar uma bolinha num quadrado: não adianta, não se encaixa”.

Referências bibliográficas

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian (2007), La nature du néolibéralisme : un enjeu théorique et politique pour la gauche, in : *Mouvements*, n. 50, p. 108-117.

_____ (2010), Néolibéralisme et subjetctivation capitaliste, in : *Cités 41*, Paris : PUF.

FOUCAULT, Michel. (1979), “A governamentalidade”, in: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

PROCACCI, Giovanna. (1993), *Gouverner la misère. La question social en France (1979-1848)*, Paris: Seuil.

ROSE, Nikolas.(1996), The death of the social? Re-figuring the territory of government, 2010 *Economy and Society*, 25(3), p. 327-356.

ROY, Ananya (2010), *Poverty Capital*, New York, London: Routledge,

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

TOMMASI, Livia De (1997), “*Em busca da identidade: O movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente e as experiências de participação*”, Tese apresentada para obtenção do título de doutor em sociologia, Université de Paris I.

_____ (2005), Abordagens e práticas de trabalho com jovens : um olhar das organizações não governamentais brasileiras, in: *Revista de Estudos sobre Juventud-JOVENes*, Ano 9, n. 22, enero-jun., México : Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud.

_____ (2011), Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político, Texto apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Alas, Recife.

WACQUANT, Loic (2002), *Anima e Corpo*, Roma: DeriveApprodi.